



DOSSIÊ ESPECIAL

A SOCIEDADE DO GOZO DISCIPLINADO: TRANSPARÊNCIA CEGA, SUPEREU ANTROPOFÁGICO E INIMIGO FRAGILIZADO DEPOIS DE FOUCAULT

*THE SOCIETY OF DISCIPLINED JOUISSANCE: BLIND TRANSPARENCY, ANTHROPOPHAGIC
SUPEREGO AND THE FRAGILIZED ENEMY AFTER FOUCAULT*

*LA SOCIEDAD DEL GOCE DISCIPLINADO: TRANSPARENCIA CIEGA, SUPERYÓ ANTROPOFÁGICO Y
ENEMIGO FRAGILIZADO DESPUÉS DE FOUCAULT*

Thiago Perez Bernardes de Moraes  

Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, PR, Brasil

Uso de IA: ChatGPT, modelo GPT-5.5 Thinking, em 22 maio 2026, como apoio a planejamento, revisão linguística, adequação formal às normas editoriais e checagem técnico-editorial. Responsabilidade intelectual, validação crítica e versão final: autor.

Submetido em: 23/05/2026

Aceito em: 08/07/2026

Publicado em: 30/09/2026

Como citar: MORAES, Thiago Perez Bernardes de. A sociedade do gozo disciplinado: transparência cega, supereu antropofágico e inimigo fragilizado depois de Foucault. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. e66323, jul./dez. 2026.

DOI: [10.53981/destrocos.v7i2.66323](https://doi.org/10.53981/destrocos.v7i2.66323)



Licenciado sob a [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Thiago Perez Bernardes de Moraes

é doutor e pós-doutor em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy. Pós-doutor em Direito Constitucional pela Università degli Studi di Messina. Professor e pesquisador no Centro Universitário Campos de Andrade.

Contribuição (CRediT)

T.P.B.M.: Conceituação; Análise formal; Investigação; Escrita (original).

Resumo

Este artigo propõe o conceito de sociedade do gozo disciplinado para enfrentar uma lacuna no debate sobre poder contemporâneo: a tendência a opor, de modo excessivamente linear, sociedade disciplinar, desempenho, transparência e psicopolítica. Situado na filosofia política contemporânea, em diálogo com teoria crítica, estudos foucaultianos, criminologia crítica e literatura, o estudo sustenta que a disciplina não desaparece no neoliberalismo tardio, mas se redistribui diferencialmente. O método é ensaístico-conceitual, com orientação genealógica, operacionalizada pela reconstrução de matrizes de poder, pela identificação de deslocamentos históricos, pela explicitação das tensões entre Michel Foucault, Byung-Chul Han e Slavoj Žižek e pela elaboração de categorias interpretativas. O percurso formula três conceitos articulados: sociedade do gozo disciplinado, transparência cega e inimigo fragilizado. Conclui-se que a atualidade de Foucault, depois de Foucault, não reside em repetir sua descrição das instituições disciplinares, mas em diagnosticar formas híbridas pelas quais liberdade, visibilidade, subjetivação e punição seletiva produzem vulnerabilidades socialmente convertidas em ameaça.

Palavras-chave

Foucault; neoliberalismo; psicopolítica; subjetivação; inimigo fragilizado.

Abstract

This article proposes the concept of the society of disciplined jouissance to address a gap in debates on contemporary power: the tendency to oppose, in an excessively linear way, disciplinary society, performance, transparency and psychopolitics. Situated in contemporary political philosophy, in dialogue with critical theory, Foucauldian studies, critical criminology and literature, the study argues that discipline does not disappear in late neoliberalism, but is differentially redistributed. The method is essayistic and conceptual, guided by genealogy and operationalized through the reconstruction of matrices of power, the identification of historical displacements, the explicit treatment of tensions between Michel Foucault, Byung-Chul Han and Slavoj Žižek and the elaboration of interpretive categories. The argument formulates three connected concepts: society of disciplined jouissance, blind transparency and the fragilized enemy. The article concludes that Foucault's relevance, after Foucault, lies not in repeating his description of disciplinary institutions, but in diagnosing hybrid forms through which freedom, visibility, subjectivation and selective punishment produce vulnerabilities socially converted into threat.

Keywords

Foucault; neoliberalism; psychopolitics; subjectivation; fragilized enemy.

Resumen

Este artículo propone el concepto de sociedad del goce disciplinado para enfrentar una laguna en el debate sobre el poder contemporáneo: la tendencia a oponer, de manera excesivamente lineal, sociedad disciplinaria, rendimiento, transparencia y psicopolítica. Situado en la filosofía política contemporánea, en diálogo con teoría crítica, estudios foucaultianos, criminología crítica y literatura, el estudio sostiene que la disciplina no desaparece en el neoliberalismo tardío, sino que se redistribuye diferencialmente. El método es ensayístico-conceptual, con orientación genealógica, operacionalizada mediante la reconstrucción de matrizes de poder, la identificación de desplazamientos históricos, la explicitación de las tensiones entre Michel Foucault, Byung-Chul Han y Slavoj Žižek y la elaboración de categorías interpretativas. El recorrido formula tres conceptos articulados: sociedad del goce disciplinado, transparencia ciega y enemigo fragilizado. Se concluye que la actualidad de Foucault, después de Foucault, no reside en repetir su descripción de las instituciones disciplinarias, sino en diagnosticar formas híbridas mediante las cuales libertad, visibilidad, subjetivación y castigo selectivo producen vulnerabilidades socialmente convertidas en amenaza.

Palabras clave

Foucault; neoliberalismo; psicopolítica; subjetivación; enemigo fragilizado.

Introdução

A expressão “depois de Foucault”, presente no título, não indica superação, abandono ou atualização ornamental de Michel Foucault. Ela designa uma posição de leitura: pensar com Foucault em um presente no qual as instituições disciplinares não desapareceram, mas perderam a aparência exclusiva de centro da racionalidade governamental. A lacuna que orienta este artigo está justamente aí: parte importante do debate contemporâneo tende a separar, como se fossem modelos sucessivos, disciplina, controle, desempenho, transparência e psicopolítica, quando o presente parece operar pela sua recombinação diferencial. Escrever depois de Foucault, aqui, significa testar a força de sua analítica do poder em uma conjuntura na qual a disciplina se combina com desempenho, transparência, autovigilância, algoritmização da vida social, moralização da vulnerabilidade e expansão seletiva de dispositivos penais, assistenciais, clínicos e territoriais.¹

A pergunta de pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: por quais mecanismos a disciplina continua a operar quando já não se apresenta apenas como instituição fechada, interdição explícita ou coerção exterior? A tese defendida é que o presente não é pós-disciplinar; é diferencialmente disciplinar. Aos sujeitos integráveis, isto é, àqueles que ainda conseguem converter vida em produtividade, reputação, visibilidade, autocontrole e capital humano, a disciplina aparece sob a forma do convite, da motivação, da escolha, da saúde, do cuidado e da autonomia. Aos sujeitos fragilizados, pobres, racializados, psiquiatrizados, endividados, periféricos, institucionalizados, sem moradia, sem rede de proteção ou sem linguagem legítima para narrar a própria dor, a disciplina aparece com menor sutileza: abordagem, fila, cadastro, laudo, triagem, revista, prontuário, tutela, remoção, internação, torção, medida socioeducativa, suspeição preventiva, expulsão urbana e punição moral. De um lado, o sujeito adaptado é convocado a vigiar a própria alma para render mais; de outro, o sujeito excedente é administrado para não interromper a circulação limpa daqueles que ainda rendem.²

Para responder a essa pergunta, o artigo propõe três categorias destinadas a tornar essa clivagem analiticamente mais nítida. A primeira é sociedade do *gozo disciplinado*: uma formação histórica na qual a obediência deixa de aparecer prioritariamente como renúncia e passa a funcionar como liberdade excitada, autorrealização, entusiasmo compulsório e adesão íntima à própria exploração. A categoria torna visível algo que, isoladamente, Foucault, Han e Žižek não esgotam: a articulação entre técnica disciplinar, positividade neoliberal e economia libidinal da obediência. Ela não pretende repetir Foucault, pois enfatiza uma camada libidinal que excede a disciplina clássica; não pretende substituir Han, pois recusa a ideia de que a positividade do desempenho tenha abolido a materialidade disciplinar; e não se confunde com Žižek, pois desloca a injunção superegoica ao gozo para uma arquitetura de governo das condutas.³⁴

¹ Cf. Foucault, *Vigiar e punir*, pp. 117-230; Foucault, *A sociedade punitiva*, pp. 25-93.

² Cf. Foucault, *Segurança, território, população*, pp. 3-119; Foucault, *Nascimento da biopolítica*, pp. 117-224.

³ Cf. Han, *Sociedade do cansaço*, pp. 15-31; Han, *Psicopolítica*, pp. 7-35.

⁴ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

A segunda categoria é *transparência cega*. Com ela, o artigo procura mostrar que a visibilidade contemporânea não produz, por si, reconhecimento. A sociedade vê demais e reconhece de menos: transforma sofrimento em dado, vulnerabilidade em risco, diferença em anomalia, fracasso social em culpa individual e presença incômoda em problema de gestão. A literatura de José Saramago e George Orwell entra nesse ponto não como adorno, mas como operador crítico. Saramago permite pensar a perda moral da visão diante do outro; Orwell permite pensar a vigilância e o estreitamento da linguagem pública. Han descreve a positividade transparente da exposição, mas sua crítica ganha densidade quando atravessada por essas duas cenas literárias de cegueira e redução do mundo.⁵

A terceira categoria, e o eixo de condensação do argumento, é *inimigo fragilizado*. O direito penal do inimigo costuma operar com a imagem de uma ameaça forte, quase soberana em sua hostilidade. A hipótese aqui desloca essa figura. O inimigo contemporâneo muitas vezes é produzido por baixo, pela fraqueza, pela baixa convertibilidade social, pela incapacidade de transformar a própria existência em desempenho, reputação, consumo, autonomia e narrativa de superação. O frágil torna-se ameaçador porque desmente a fantasia meritocrática segundo a qual todos poderiam vencer se fossem suficientemente resilientes, empreendedores e organizados. Sua existência denuncia que a sociedade do desempenho nunca foi universal. Por isso, precisa ser recodificada como incômodo, risco, desvio, caso, dependência, transtorno, sujeira, ameaça moral, problema de segurança ou obstáculo administrativo.⁶⁷

A contribuição do artigo, portanto, não reside em afirmar que Foucault, Han e Žižek dizem a mesma coisa, nem em organizá-los em uma sequência evolutiva. Ao contrário, a proposta depende da fricção entre eles. Foucault impede que a liberdade neoliberal seja lida como simples emancipação das instituições; Han impede que a disciplina seja pensada apenas como negatividade, interdição e confinamento; Žižek impede que a adesão subjetiva ao desempenho seja tratada como mero equívoco cognitivo, pois mostra o gozo obscuro que prende o sujeito ao mecanismo que o esgota. A costura entre esses autores é deliberadamente tensa: onde Foucault analisa tecnologias de poder e regimes de verdade, Han descreve a positividade psicopolítica da autoexploração, e Žižek evidencia a economia libidinal que torna a obediência desejável. O conceito de sociedade do gozo disciplinado nasce justamente dessa tensão, não de sua harmonização.⁸⁹

O procedimento teórico-metodológico é ensaístico-conceitual, com orientação genealógica e histórico-crítica. Não se busca simular prova empírica por correlação entre variáveis observáveis, nem formular uma teoria total do poder contemporâneo. O rigor do texto está na construção de uma matriz interpretativa

⁵ Cf. Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, pp. 11-65; Orwell, 1984, pp. 11-49.

⁶ Cf. Jakobs; Meliá, *Direito penal do inimigo*, pp. 25-56; Zaffaroni, *O inimigo no direito penal*, pp. 11-42.

⁷ Cf. Wacquant, *Punir os pobres*, pp. 27-82; Wacquant, *As prisões da miséria*, pp. 11-51; Garland, *A cultura do controle*, pp. 41-83.

⁸ A noção de genealogia conceitual é aqui utilizada em sentido estrito: não como reconstrução linear de influências, e sim como procedimento crítico voltado a mostrar como categorias aparentemente naturais, liberdade, risco, desempenho, cuidado, segurança e autonomia, são historicamente fabricadas em campos de saber-poder.

⁹ Cf. Lemke, *Foucault, governamentalidade e crítica*, pp. 35-74; Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, pp. 17-49; Dardot; Laval, *A nova razão do mundo*, pp. 327-402. A interlocução com a literatura recente permite tratar o neoliberalismo menos como doutrina econômica isolada do que como racionalidade prática de produção de sujeitos, afetos, responsabilidades e hierarquias de valor.

à exposição, do corpo dócil ao sujeito empreendedor, do inimigo forte ao frágil convertido em risco. O terceiro explicita tensões entre autores e problemas, evitando a linearidade segundo a qual Foucault seria simplesmente sucedido por Han e complementado por Žižek. O quarto formula categorias próprias, avaliadas por sua capacidade de aumentar a inteligibilidade do presente e de articular fenômenos que, isoladamente, aparecem como temas dispersos: cansaço, transparência, punição, vulnerabilidade, medicalização, linguagem pública e gestão diferencial dos restos.¹²

Para reduzir o risco de arbitrariedade conceitual, a análise adota três critérios de controle interno. Primeiro, cada categoria proposta deve responder a uma insuficiência determinada da literatura mobilizada, e não apenas renomear noções já disponíveis. Segundo, cada deslocamento conceitual deve preservar a tensão entre os autores, sobretudo entre a analítica foucaultiana das tecnologias de poder, a crítica haniana da positividade e a leitura žižekiana do gozo ideológico. Terceiro, toda a leitura permanece atravessada pela hipótese de fundo: a disciplina contemporânea distribui liberdade, visibilidade e punição de maneira desigual, fazendo do sujeito integrável um agente de autogoverno e do sujeito fragilizado um objeto de administração seletiva. É esse critério de recorrência, e não uma cronologia evolutiva, que dá unidade ao ensaio.

Essa escolha metodológica evita uma leitura evolucionista grosseira. Não há, neste texto, uma passagem limpa da soberania à disciplina, da disciplina ao controle, do controle à psicopolítica, da psicopolítica à infocracia. A história do poder raramente obedece à pureza geométrica que os manuais desejam. Tecnologias de poder se justapõem, competem, envelhecem, reaparecem em suportes novos e combinam-se com racionalidades que pareciam incompatíveis. A soberania não desaparece quando a disciplina se expande; a disciplina não evapora quando a segurança governa populações; o controle não anula o hospital, a escola, a igreja, a comunicação de massa, a prisão ou a polícia; a psicopolítica não elimina o camburão, a cela, o prontuário, o algoritmo de risco ou a humilhação burocrática. A questão decisiva está na distribuição social dessas tecnologias. Quem recebe liberdade como forma de captura? Quem recebe captura sem qualquer verniz de liberdade? Quem é convidado a autogovernar-se? Quem continua sendo governado como resto?¹³

O artigo opera, por isso, por devoração crítica, em sentido antropofágico e filosófico: absorver forças, deslocar vocabulários, tensionar conceitos, produzir uma fala própria a partir daquilo que foi ingerido. Seria insuficiente escrever que Foucault falou da disciplina, Han do desempenho, Žižek da ideologia, Saramago da cegueira e Orwell da vigilância. O objeto exige outra montagem. A pergunta decisiva é como esses autores, quando tensionados uns pelos outros, ajudam a compreender uma sociedade que exige transparência, adoece por desempenho, anestesia a dor,

¹² Sobre a impossibilidade de ler as tecnologias de poder como etapas puramente sucessivas, ver Foucault, *Segurança, território, população*, pp. 3-119. A disciplina, a segurança, a soberania e a governamentalidade aparecem menos como eras isoladas do que como racionalidades justapostas e recombinaíveis.

¹³ Sobre a impossibilidade de ler as tecnologias de poder como etapas puramente sucessivas, ver Foucault, *Segurança, território, população*, pp. 3-119. A disciplina, a segurança, a soberania e a governamentalidade aparecem menos como eras isoladas do que como racionalidades justapostas e recombinaíveis.

empobrece rituais, reduz a linguagem pública, chama a autoexploração de liberdade e transforma o frágil em ameaça.¹⁴¹⁵¹⁶

O ganho metodológico dessa montagem é também o seu risco. Por isso, convém explicitar os limites da operação. Foucault não fornece uma teoria psicológica da adesão gozosa; Han não oferece uma teoria bastante precisa da seletividade penal e territorial; Žižek não apresenta, por si, uma descrição institucional da governamentalidade; Saramago e Orwell, por sua vez, não são mobilizados como autoridades sociológicas, mas como cenas literárias capazes de condensar formas de percepção e linguagem. Parte-se dessas insuficiências como pontos de tensão. O conceito de sociedade do gozo disciplinado, aqui proposto, não apaga diferenças; organiza uma zona de interseção na qual disciplina, desempenho e gozo podem ser pensados sem que um termo absorva o outro.¹⁷

A categoria sociedade do gozo disciplinado nasce dessa montagem. Ela não substitui Foucault, Han ou Žižek; antes, procura capturar uma zona de interseção que nenhum deles, isoladamente, esgota. Foucault oferece a inteligibilidade das tecnologias de poder que produzem sujeitos por meio de normalização, exame, vigilância, confissão e governo das condutas. Han percebe a mutação pela qual a coerção se torna positividade, desempenho, transparência voluntária e psicopolítica. Žižek permite compreender a obscenidade superegoica do comando contemporâneo: não basta obedecer, é preciso querer, sorrir, gozar, declarar gratidão, transformar a própria ruína em narrativa de crescimento. O conceito de gozo disciplinado designa exatamente essa operação. A disciplina deixa de parecer disciplina quando se converte em promessa íntima de plenitude, potência e realização.¹⁸¹⁹²⁰

Sociedade do gozo disciplinado, transparência cega e inimigo fragilizado são instrumentos de leitura, prismas de observação. O primeiro nomeia o modo de captura dos integráveis; o segundo nomeia o regime de exposição que vê sem reconhecer; o terceiro nomeia a transformação da vulnerabilidade em ameaça. O que está em questão é como uma sociedade que se descreve como livre, transparente e terapêutica continua produzindo corpos governados pela suspeição, pela punição, pela humilhação burocrática e pela administração moral da fragilidade.²¹

¹⁴ Cf. Foucault, *O governo de si e dos outros*, pp. 3-42; Foucault, *A coragem da verdade*, pp. 3-35; Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, pp. 4-65.

¹⁵ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Han, *A expulsão do outro*, pp. 9-36; Han, *A morte dos rituais*, pp. 7-25; Han, *Não coisas*, pp. 7-31.

¹⁶ Cf. Žižek; Milbank, *A monstrosidade de Cristo*, pp. 31-72; Žižek, *O sujeito incômodo*, pp. 9-42.

¹⁷ Cf. Lemke, *Foucault, governamentalidade e crítica*, pp. 35-74; Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, pp. 17-49; Dardot; Laval, *A nova razão do mundo*, pp. 327-402. A interlocução com a literatura recente permite tratar o neoliberalismo menos como doutrina econômica isolada do que como racionalidade prática de produção de sujeitos, afetos, responsabilidades e hierarquias de valor.

¹⁸ Cf. Foucault, *Vigiar e punir*, pp. 117-230; Foucault, *A sociedade punitiva*, pp. 25-93.

¹⁹ Cf. Han, *Sociedade do cansaço*, pp. 15-31; Han, *Psicopolítica*, pp. 7-35.

²⁰ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

²¹ Cf. Butler, *Quadros de guerra*, pp. 13-42; Butler, *A força da não violência*, pp. 19-54; Fassin, *Punir*, pp. 15-44; Fassin, *A razão humanitária*, pp. 19-54. A vulnerabilidade é tratada como relação social de exposição diferencial, não como propriedade moral ou psicológica do indivíduo isolado.

2. A dobra disciplinar: o panóptico como forma que sobrevive ao próprio prédio

A leitura mais apressada de Foucault comete um erro que favorece o conforto do presente: imaginar que a sociedade disciplinar seria apenas um conjunto de prédios, com muros, horários, corredores, inspetores, celas, carteiras, leitos, campainhas, relatórios e punições localizadas. É evidente que essa materialidade ainda existe e segue operando, sobretudo para os frágeis, mas ela nunca foi o ponto inteiro. O essencial da disciplina é a produção de corpos comparáveis, úteis, treináveis e corrigíveis. O poder disciplinar não se contenta em punir o gesto errado; ele organiza a possibilidade do gesto, reparte o tempo, distribui a atenção, fabrica ritmos, instala hábitos, torna o corpo visível, classifica desvios, compara desempenhos e hierarquiza condutas. O panóptico, nessa leitura, é uma forma de racionalidade antes de ser uma arquitetura. Seu núcleo está menos na torre do que na interiorização de uma visibilidade assimétrica que faz o sujeito antecipar o olhar que o julga.²²

Quando se diz que a sociedade disciplinar foi deixada para trás, geralmente se quer dizer que a fábrica fordista perdeu centralidade, que a escola já não possui a mesma majestade normativa, que o hospital foi atravessado por lógicas gerenciais, que a família patriarcal se reconfigurou, que o trabalho invadiu a casa, que a prisão já não precisa justificar-se como projeto moral de correção. Tudo isso é verdadeiro, mas insuficiente. O exame não desapareceu; tornou-se avaliação contínua. A ficha não desapareceu; tornou-se perfil. O boletim não desapareceu; tornou-se dashboard. O prontuário não desapareceu; tornou-se base interoperável. A confissão tampouco perdeu seu lugar; reaparece como postagem, formulário, autoavaliação, relato terapêutico, currículo narrativo, questionário de bem-estar, teste de personalidade, diagnóstico popularizado, declaração pública de dor e superação. A disciplina perdeu parte de sua antiga musculatura institucional e, justamente por isso, aprendeu a circular como linguagem cotidiana.²³

Aqui, o problema da desrazão, em Foucault, nunca foi apenas médico. A loucura é um operador de fronteira: por meio dela, a sociedade define quem fala com razão, quem precisa ser escutado, quem deve ser tratado, quem pode ser internado, quem pode ser protegido de si mesmo, quem será interpretado antes de falar, quem entrará na cena pública já vencido pela suspeita. Essa matriz retorna no presente quando sofrimento psíquico, vulnerabilidade social, precariedade, uso problemático de substâncias, pobreza extrema, fracasso escolar e inadequação comportamental são traduzidos em categorias de gestão que prometem cuidado e frequentemente entregam controle. A medicalização não precisa ser negada em bloco para que se perceba seu uso político. O problema começa quando a linguagem clínica substitui a linguagem da injustiça, e quando o diagnóstico passa a funcionar como pequena fronteira civilizatória entre vidas que devem ser compreendidas e vidas que devem ser administradas.²⁴

²² Cf. Foucault, *Vigiar e punir*, pp. 117-230; Foucault, *A sociedade punitiva*, pp. 25-93.

²³ Cf. Foucault, *História da sexualidade I*, pp. 56-82. A confissão é tratada por Foucault como tecnologia de produção de verdade sobre o sujeito, não como simples revelação espontânea de uma interioridade prévia.

²⁴ Cf. Foucault, *História da loucura*, pp. 45-78; Foucault, *O nascimento da clínica*, pp. 1-22; Canguilhem, *O normal e o patológico*, pp. 93-115.

aparece como preço nobre de quem está no caminho certo. O fracasso já não precisa ser imputado de fora, pois o sujeito aprendeu a alojar a acusação dentro de si. Ele se torna juiz, réu, carcereiro, empreendedor e vítima da própria promessa.²⁷

Há, contudo, uma tensão que precisa ser preservada. Han tende, em alguns momentos, a dramatizar a passagem da negatividade disciplinar para a positividade do desempenho como se estivéssemos diante de uma mudança quase civilizacional de gramática. A leitura foucaultiana impede esse salto. A positividade não elimina a negatividade; ela a redistribui. O mesmo mundo que convida alguns sujeitos a performar autonomia continua reservando a outros a abordagem policial, o cadastro humilhante, a fila assistencial, o laudo, a contenção e a punição. Por isso, o desempenho é aqui tratado como modulação diferencial da disciplina, não como sua superação histórica.²⁸

O cansaço descrito por Han possui densidade política justamente porque não se limita à fadiga ou dor física. Trata-se de uma exaustão ontológica, uma erosão da capacidade de permanecer no mundo sem transformar tudo em tarefa, retorno, meta, conteúdo, prova ou melhoria. O sujeito cansado não sofre apenas por trabalhar muito; sofre sobretudo porque sua vida foi convertida em campo permanente de otimização mandatória. Dormir vira componente de performance. Amar vira competência emocional. Aprender vira vantagem competitiva. Cuidar do corpo vira investimento reputacional. Descansar vira estratégia de produtividade. Sofrer vira ocasião de narrativa motivacional, ou mesmo futuro caso de superação. Até a recusa precisa justificar-se como método de autocuidado, como se o sujeito só tivesse direito ao silêncio quando o silêncio pudesse ser reinserido em uma curva futura de rendimento. A sociedade do cansaço explora o tempo e, mais do que isso, a relação do sujeito consigo mesmo.²⁹³⁰

A psicopolítica aprofunda esse deslocamento. Se a disciplina clássica se interessava pelo corpo, pelo gesto, pela docilidade e pela utilidade, a psicopolítica neoliberal captura desejos, emoções, impulsos, preferências, medos, expectativas, frustrações e padrões de atenção. O sujeito é governado por aquilo que julga ser seu. Nada é mais eficiente do que uma ordem social capaz de operar como vontade íntima. A plataforma pergunta, o sujeito responde. A empresa motiva, o sujeito se compromete. O aplicativo mede, o sujeito agradece. O algoritmo sugere, o sujeito sente que escolheu. A cultura terapêutica nomeia o mal-estar, o sujeito interpreta o mundo como falha de gestão emocional. A violência do dispositivo está precisamente em sua delicadeza. Ele quase nunca parece violência; aparece vestido de cuidado, conveniência, personalização, saúde, pertencimento, economia de tempo, oportunidade.³¹³²

Na sociedade paliativa, esse quadro se agrava. A dor deixa de funcionar como índice político de uma desordem objetiva e passa a ser tratada como

²⁷ Cf. Han, *Sociedade do cansaço*, pp. 15-31; Han, *Psicopolítica*, pp. 7-35.

²⁸ Cf. Lemke, *Foucault, governamentalidade e crítica*, pp. 35-74; Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, pp. 17-49; Dardot; Laval, *A nova razão do mundo*, pp. 327-402. A interlocução com a literatura recente permite tratar o neoliberalismo menos como doutrina econômica isolada do que como racionalidade prática de produção de sujeitos, afetos, responsabilidades e hierarquias de valor.

²⁹ Cf. Han, *Sociedade do cansaço*, pp. 15-31; Han, *Psicopolítica*, pp. 7-35.

³⁰ Cf. Crary, *24/7*, pp. 9-34; Fisher, *Realismo capitalista*, pp. 7-32; Berardi, *Depois do futuro*, pp. 21-58.

³¹ Cf. Han, *Sociedade da transparência*, pp. 9-28; Han, *No enxame*, pp. 11-35; Han, *Infocracia*, pp. 9-31.

³² Cf. Rouvroy; Berns, *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation*, pp. 163-196; Cohen, *Between truth and power*, pp. 39-86; Srnicek, *Platform capitalism*, pp. 43-76.

inconveniência a ser administrada. Isso não significa defender a dor como virtude, romantizar sofrimento ou converter precariedade em autenticidade. Quando toda dor deve ser anestesiada rapidamente para preservar a positividade social, aquilo que poderia tornar-se denúncia coletiva é reconduzido ao circuito do ajuste individual. O sujeito deve meditar, respirar, reorganizar agenda, buscar ajuda, regular emoções, reduzir telas, beber água, estabelecer limites, praticar gratidão. Há valor real em algumas dessas práticas, seria estúpido negá-lo. O problema começa quando elas funcionam como enfermaria moral da máquina, remendando o sujeito para devolvê-lo, mais dócil e mais culpado, ao mesmo mecanismo que o desgastou.³³

Dentro desse mesmo itinerário, a morte dos rituais e a proliferação das não coisas oferecem outro ângulo da mutação. O ritual espessa o tempo, cria distância, institui formas, dá corpo à relação, protege o mundo da pura aceleração funcional. Sua perda não produz apenas informalidade; produz empobrecimento da mediação. Onde o ritual desaparece, resta a gestão ansiosa de sinais. O encontro vira notificação. A presença reconfigura-se como disponibilidade. A amizade vira manutenção de contato. A memória vira armazenamento. A autoridade vira performance de autenticidade. A indignação vira reação circulável. O sujeito deixa de habitar uma ordem simbólica densa e passa a mover-se entre fluxos de informação, afetos rápidos, imagens descartáveis, pequenas excitações e microexames. A disciplina, nesse cenário, não precisa ser solene; opera sobretudo pelo esgotamento das mediações que poderiam interromper a disponibilidade permanente.³⁴

A positividade do desempenho não abandona a disciplina; altera sua tonalidade. Ela se torna desejável para alguns e quase invisível para muitos. É nesse ponto que Žižek se torna necessário: a passagem do comando externo à adesão íntima só se completa quando a obediência passa a operar como uma forma de gozo obrigatório.

4. O supereu antropofágico: quando a ordem manda gozar

Žižek permite introduzir a parte mais obscena do problema. A ordem contemporânea precisa de algo que vá além de sujeitos meramente obedientes: precisa de sujeitos que sintam a obediência como gozo, que se reconheçam livres no ato de servir, que transformem exploração em vocação e precariedade em aventura. O supereu moderno, lido em chave psicanalítica e política, não se limita à proibição. Ele ordena: goza. Goza trabalhando, goza comunicando, goza aprendendo, goza melhorando, goza vendendo tua imagem, goza confessando tua dor, goza superando aquilo que te destrói, goza participando do dispositivo que te mede. O sofrimento que não se converte em gozo torna-se suspeito. A recusa que não se

³³ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Fassin, *A razão humanitária*, pp. 19-54. A convergência entre anestesia social e governo humanitário da vulnerabilidade é uma das zonas de fricção conceitual exploradas neste ensaio.

³⁴ Cf. Han, *A morte dos rituais*, pp. 7-25; Han, *Não coisas*, pp. 7-31. A perda de espessura ritual da experiência social é tratada como empobrecimento das mediações simbólicas pelas quais o outro deixa de ser mero perfil, dado ou obstáculo.

converte em marca pessoal torna-se invisível; a crítica que não se converte em conteúdo parece não existir. Essa é a forma antropofágica do supereu contemporâneo: ele devora a resistência de maneira insaciável e a devolve como mercadoria subjetiva.³⁵

A palavra antropofágico designa uma operação de digestão social canibal. O supereu antropofágico devora tudo aquilo que poderia atrapalhar seu metabolismo. Devora o cansaço e o cospe como produtividade consciente. Devora a crítica e a cospe como engajamento rentável. Devora a vulnerabilidade e a cospe como narrativa de superação. Devora o cuidado de si e o cospe como autocuidado performático. Devora a indignação e a cospe como posicionamento de marca. Devora a diferença e a cospe como diversidade administrável. Devora a rebeldia e a cospe como estética. Devora até a linguagem da saúde mental, convertendo sofrimento histórico em déficit de regulação emocional, trauma em identidade circulável, dor em conteúdo e colapso em oportunidade de reposicionamento. A máquina não precisa silenciar ou destruir tudo. Sua alquimia é mais simples: tornar tudo aproveitável.³⁶³⁷

A distinção žižekiana entre violência subjetiva e violência objetiva é decisiva para entender essa digestão. A sociedade costuma reconhecer como violência aquilo que rompe a normalidade, aquilo que é óbvio aos olhos: crimes, tumultos, insultos, depredações, agressões visíveis. Mas a violência mais profunda pode estar no funcionamento normal das coisas, na economia que descarta, na burocracia que humilha, na cidade que expulsa, na plataforma que captura atenção, na linguagem que responsabiliza o indivíduo, na política penal que escolhe alvos antes de escolher justificativas, no mercado que chama de liberdade a ausência de proteção. A violência objetiva é repugnante porque é educada. Não há como se imunizar contra ela porque ela não aparece como ameaça externa; não grita, não perfura, não assume a forma limpa do inimigo. Seus instrumentos são outros: formulários, relatórios, índices, diagnósticos, protocolos, metas, termos de consentimento, políticas de segurança, avaliações de risco, discursos de eficiência e planilhas de impacto.³⁸

Seguindo essa rota, a monstrosidade de Cristo oferece uma chave menos óbvia e, por isso mesmo, mais fértil. O monstruoso não é simplesmente aquilo que ameaça de fora a ordem, como se fosse um corpo estranho, demoníaco, bárbaro, exterior. O monstruoso pode ser aquilo que revela a falha interna da ordem simbólica, aquilo que mostra que a garantia não garante, que o fundamento está rachado, que a promessa não se sustenta. O sujeito fragilizado ocupa esse lugar para a sociedade do desempenho. Ele é monstruoso aos olhos da ideologia porque obriga a sociedade a ver o que ela precisa negar: que nem todos partem do mesmo ponto, que nem toda dor é falta de mentalidade, que nem todo fracasso é déficit de esforço, que nem todo corpo pode ser convertido em capital humano, que nem toda

³⁵ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

³⁶ Cf. Žižek; Milbank, *A monstrosidade de Cristo*, pp. 31-72; Žižek, *O sujeito incômodo*, pp. 9-42.

³⁷ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Han, *A expulsão do outro*, pp. 9-36; Han, *A morte dos rituais*, pp. 7-25; Han, *Não coisas*, pp. 7-31.

³⁸ Žižek, *Violência*, pp. 9-26. A distinção entre violência subjetiva e violência objetiva é aqui deslocada para pensar a normalidade administrativa, penal, algorítmica e moral que torna certas vidas previamente legíveis como risco.

vida cabe na imagem limpa da autonomia. O frágil torna-se repugnante para o olhar neoliberal porque encarna a sujeira de uma promessa falsa.³⁹

Nesse ponto, o cinismo ideológico aparece em sua forma mais refinada. Não se trata de um sujeito enganado por completo, vítima ingênua de uma falsa consciência clássica. O sujeito contemporâneo muitas vezes sabe que a lógica do desempenho o destrói. Sabe que a transparência é violenta. Sabe que o trabalho invadiu a intimidade. Sabe que o autocuidado virou obrigação. Sabe que a rede captura atenção. Sabe que a meritocracia é uma fábula mal distribuída. E continua. Continua porque a própria distância crítica foi incorporada ao mecanismo. Reclamar da exaustão pode render pertencimento. Denunciar a captura pode render visibilidade. Ironizar a própria exploração pode funcionar como modo de suportá-la. A ideologia contemporânea não exige inocência; tolera lucidez, desde que essa lucidez permaneça circulável, estilizada, impotente e, se possível, monetizável.⁴⁰

A noção de supereu antropofágico, portanto, não concorre com a governamentalidade foucaultiana nem com a psicopolítica de Han. Ela nomeia a camada libidinal pela qual a norma deixa de parecer norma e passa a circular como vontade própria, intrínseca. A transparência cega, examinada a seguir, é a forma perceptiva desse mesmo circuito: uma sociedade capaz de ver, registrar e expor quase tudo, mas incapaz de reconhecer politicamente aquilo que vê.

5. Transparência cega: a visibilidade sem reconhecimento

A sociedade da transparência cega é aquela em que tudo aparece e quase nada é visto. O paradoxo é menos contraditório do que parece. A visibilidade contemporânea é abundante, contínua, compulsiva. Corpos aparecem, dores aparecem, crimes aparecem, guerras aparecem, humilhações aparecem, catástrofes aparecem, diagnósticos aparecem, estatísticas aparecem, protestos aparecem, pedidos de ajuda aparecem, performances de virtude aparecem. O mundo se oferece como excesso de presença. Ainda assim, essa presença não se converte automaticamente em reconhecimento. A imagem pode anestesiar. O dado pode substituir o encontro. O perfil pode reduzir a pessoa. A exposição pode fazer o sofrimento circular sem que ninguém se sinta implicado por ele. A transparência, neste ponto, não ilumina o mundo; torna-o administrável em sua crueldade.⁴¹

A palavra de Saramago torna-se decisiva ao tratar de uma cegueira que não é meramente fisiológica. A brancura que toma a visão como um banho de leite funciona como colapso da relação ética. Quase tudo desaparece junto com a capacidade de enxergar objetos. Desaparece a estrutura frágil que mantinha o outro como outro, digno de consideração, portador de sofrimento, limite ao meu impulso, presença que me convoca. Em uma sociedade da transparência cega, algo análogo ocorre sem epidemia visível. Vê-se o pobre, mas como incômodo, desvio, cisco no olhar. Vê-se a pessoa em situação de rua, mas como sujeira da paisagem. Vê-se o

³⁹ Cf. Žižek; Milbank, *A monstrosidade de Cristo*, pp. 31-72; Žižek, *O sujeito incômodo*, pp. 9-42.

⁴⁰ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

⁴¹ Cf. Han, *Sociedade da transparência*, pp. 9-28; Han, *No enxame*, pp. 11-35; Han, *Infocracia*, pp. 9-31.

adolescente periférico, mas como risco em potência. Vê-se o louco, mas como caso. Vê-se o usuário de drogas, mas como falha moral. Vê-se o trabalhador exausto, mas como alguém que precisa reorganizar hábitos. Vê-se a mãe sobrecarregada, mas como alguém que precisa de rede, sem que a estrutura que produz a sobrecarga seja posta em julgamento. O olhar continua funcionando; a visão moral apodrece dia a dia.⁴²

Nesse pesadelo, Orwell entra por outra porta. Seria insuficiente dizer simplesmente que vivemos em 1984. A forma contemporânea de vigilância é menos teatral, menos centralizada, mais prazerosa, mais dispersa e mais íntima, ultratransparente. O Big Brother de hoje se materializa em contornos que vão muito além do rosto estatal brutalista; fraciona-se em dispositivos, plataformas, câmeras, cadastros, notificações, métricas, práticas de reputação, rastros bancários, dados biométricos, políticas de acesso, controles parentais, sistemas de avaliação, mecanismos de denúncia e pequenas polícias morais do cotidiano. O mais perturbador é que a vigilância não se apresenta apenas como ameaça. Ela seduz: oferece-se como segurança, comodidade, personalização, cuidado, prova de inocência, eficiência, pertencimento, memória e visibilidade. O horror contemporâneo não reside apenas em sermos vigiados contra nossa vontade; esconde-se também no fato de termos aprendido a desejar as pequenas recompensas da vigilância.⁴³⁴⁴

A novilíngua orwelliana também pode ser deslocada, pois não é necessário imaginar uma proibição explícita de palavras para perceber o empobrecimento da linguagem pública. O neoliberalismo opera por vocabulários curtos, moralmente eficazes, aparentemente neutros: empregabilidade, resiliência, protagonismo, inovação, segurança, risco, evidência, performance, competência, mindset, autocuidado, responsabilidade, oportunidade, impacto, governança. A violência aparece quando essas palavras deixam de descrever o mundo e passam a substituí-lo. Um desempregado vira alguém com baixa empregabilidade. Uma pessoa adoece vira alguém sem autorregulação. Um território abandonado vira área de risco. Uma juventude sem futuro vira problema de protagonismo. Uma política de retirada de direitos vira ajuste. A linguagem faz algo muito pior do que mentir: estreita o campo do pensável até que a injustiça pareça falta de técnica.⁴⁵

Han mostra o regime da exposição e da informação; Saramago mostra o fracasso ético do ver; Orwell mostra a vigilância e o empobrecimento vocabular que tornam a dominação mais respirável. O resultado é uma sociedade que multiplica luzes e perde tato. Tudo deve ser claro, rápido, rastreável, comunicável, compartilhável e mensurável, mas essa clareza não produz justiça. Ao contrário, a vida excessivamente exposta torna-se mais vulnerável à classificação. A dor, quando aparece demais, pode virar ruído. A vulnerabilidade, quando registrada

⁴² Cf. Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, pp. 11-65; Orwell, 1984, pp. 11-49.

⁴³ Cf. Orwell, 1984, pp. 11-49; Klemperer, *LTI*, pp. 29-54. A referência não supõe identidade histórica entre totalitarismo clássico e neoliberalismo digital, e sim atenção à política da linguagem, da repetição e da redução vocabular.

⁴⁴ Cf. Lyon, *Surveillance studies*, pp. 1-29; Harcourt, *Exposed*, pp. 1-38; Zuboff, *The age of surveillance capitalism*, pp. 63-97; Cohen, *Between truth and power*, pp. 39-86.

⁴⁵ Cf. Orwell, 1984, pp. 11-49; Klemperer, *LTI*, pp. 29-54. A referência não supõe identidade histórica entre totalitarismo clássico e neoliberalismo digital, e sim atenção à política da linguagem, da repetição e da redução vocabular.

demaís, pode virar prontuário contra o vulnerável. A fala, quando transformada em dado, pode deixar de ser escutada como fala.⁴⁶⁴⁷

A transparência cega prepara, assim, o terreno do conceito central do artigo. Quando a exposição não produz reconhecimento, a vulnerabilidade pode ser reorganizada como dado, risco, falha, suspeita ou sujeira social. O inimigo fragilizado nasce exatamente nessa passagem: não no excesso de força atribuída ao adversário, mas na conversão da fraqueza em ameaça administrável.

6. O inimigo fragilizado: direito penal, psiquiatria social e administração dos restos

O conceito de inimigo fragilizado nasce da necessidade de corrigir um desequilíbrio na leitura da violência contemporânea. A figura clássica do inimigo, especialmente no debate jurídico-penal, costuma ser imaginada a partir de uma ameaça forte: o terrorista, o criminoso organizado, o traidor, o bárbaro interno, o sujeito que se coloca fora da norma por hostilidade radical à ordem. Essa figura existe como construção jurídica e política, e sua crítica continua necessária. Mas a sociedade neoliberal produz também outra figura, menos épica, mais cotidiana, mais covarde em sua fabricação. O inimigo fragilizado não ameaça por excesso de força. Ameaça por excesso de vulnerabilidade. Sua existência incomoda porque testemunha que a ordem não conseguiu transformar todos em sujeitos produtivos, positivos, autorregulados, consumidores e legíveis. Ele é inimigo porque é fraco demais para sustentar a fantasia social da força.⁴⁸

A fragilidade torna-se perigosa quando passa a ser lida pela gramática do risco. O pobre é risco urbano. O louco é risco clínico. O adolescente periférico é risco penal antecipado. A pessoa em situação de rua é risco sanitário, estético, patrimonial, turístico, moral. O desempregado é risco econômico. O migrante pobre é risco cultural. O usuário de drogas é risco familiar e securitário. A criança que não se ajusta à escola é risco psicopedagógico. O endividado é risco financeiro. A mãe exausta é risco social. O corpo que sofre perde a condição de acusação contra o mundo e passa a ser descrito como problema a ser gerenciado. O deslocamento é brutal: vulnerabilidade deixa de convocar responsabilidade coletiva e passa a autorizar intervenção seletiva.⁴⁹⁵⁰

A originalidade da categoria está em deslocar o foco da ameaça forte para a ameaça produzida pela baixa convertibilidade social. O inimigo fragilizado não é apenas aquele contra quem o Estado suspende garantias, mas aquele cuja presença denuncia que a racionalidade neoliberal não consegue universalizar suas próprias promessas. Ele é tornado perigoso porque aparece como índice vivo de uma falha estrutural: não acumulou capital humano suficiente, não se tornou visível de modo reputacionalmente vantajoso, não traduziu dor em narrativa de superação, não

⁴⁶ Cf. Han, *Sociedade da transparência*, pp. 9-28; Han, *No enxame*, pp. 11-35; Han, *Infocracia*, pp. 9-31.

⁴⁷ Cf. Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, pp. 11-65; Orwell, 1984, pp. 11-49.

⁴⁸ Cf. Jakobs; Meliá, *Direito penal do inimigo*, pp. 25-56; Zaffaroni, *O inimigo no direito penal*, pp. 11-42.

⁴⁹ Cf. Butler, *Quadros de guerra*, pp. 13-42; Butler, *A força da não violência*, pp. 19-54; Fassin, *Punir*, pp. 15-44.

⁵⁰ Cf. Wacquant, *Punir os pobres*, pp. 27-82; Wacquant, *As prisões da miséria*, pp. 11-51; Garland, *A cultura do controle*, pp. 41-83.

converteu precariedade em empreendedorismo de si. O que a sociedade chama de risco é, muitas vezes, a forma administrativa de silenciar essa denúncia.⁵¹

A criminologia crítica já mostrou que o sistema penal não distribui punição segundo a pureza abstrata da infração. Ele seleciona corpos, territórios, linguagens, trajetórias e vulnerabilidades. Wacquant descreveu a articulação entre retração do Estado social e expansão do Estado penal como uma forma de governo da miséria. Garland examinou a cultura do controle e a reorganização punitiva nas democracias tardias. Zaffaroni denunciou a fabricação jurídica e política do inimigo, que denomina programação criminalizante. Mbembe radicalizou a leitura da soberania ao pensar a exposição diferencial à morte e à descartabilidade. Agamben mostrou como certas vidas são capturadas em zonas de exceção. O que a noção de inimigo fragilizado acrescenta é a inversão da potência: o alvo não é apenas o forte que desafia a ordem, mas o fraco que denuncia a sua falsidade.⁵²⁵³

O inimigo fragilizado é fabricado por um circuito que começa antes da pena formal. Primeiro, a vulnerabilidade é individualizada. Depois, é moralizada. Em seguida, é tecnicizada. Por fim, é securitizada. O sujeito pobre deixa de ser efeito de relações históricas de expropriação, racismo, precarização e abandono; vira alguém que fez escolhas ruins. O sujeito adoecido deixa de ser corpo atravessado por condições materiais e simbólicas de sofrimento; vira alguém que não aderiu bem ao cuidado. O sujeito periférico deixa de ser expressão de uma geografia desigual; vira suspeito estatístico. O aluno que não aprende deixa de ser índice de falha institucional; vira déficit. O trabalhador que colapsa deixa de ser denúncia da organização do trabalho; vira caso de saúde mental. Cada passagem reduz a responsabilidade do mundo e aumenta a culpa do indivíduo. Quando essa culpa se torna risco para terceiros, a punição chega como consequência aparentemente natural.⁵⁴⁵⁵

Esse circuito é decisivo porque liga, em uma mesma cadeia causal, as categorias desenvolvidas ao longo do artigo. O gozo disciplinado captura os integráveis pela promessa de liberdade produtiva; a transparência cega converte exposição em classificação sem reconhecimento; o supereu antropofágico absorve a crítica e a devolve como autogestão; o inimigo fragilizado surge quando a vida não consegue entrar nesse circuito de conversão positiva. A fragilidade deixa, então, de funcionar como denúncia pública e passa a operar como prova administrativa contra quem a porta. É nesse deslocamento, da vulnerabilidade à ameaça, que a contribuição conceitual do artigo se distingue tanto de uma repetição de Foucault quanto de uma simples aplicação de Han ou Žižek.

A psiquiatria social do cotidiano opera nesse ponto de modo ambíguo. Não se trata de negar o sofrimento psíquico, rejeitar diagnósticos ou idealizar a ausência de cuidado. Isso seria irresponsável. O problema é a conversão das categorias de

⁵¹ Cf. Foucault, *Qu'est-ce que la critique?*, pp. 35-63; Lemke, *Foucault, governamentalidade e crítica*, pp. 35-74; Foucault, *Segurança, território, população*, pp. 3-119. A genealogia é aqui usada como procedimento de problematização, não como cronologia de influências nem como história linear de conceitos.

⁵² Cf. Wacquant, *Punir os pobres*, pp. 27-82; Wacquant, *As prisões da miséria*, pp. 11-51; Garland, *A cultura do controle*, pp. 41-83.

⁵³ Cf. Mbembe, *Necropolítica*, pp. 5-25; Agamben, *Homo sacer*, pp. 125-180; Agamben, *Estado de exceção*, pp. 11-39.

⁵⁴ Cf. Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, pp. 17-49; Dardot; Laval, *A nova razão do mundo*, pp. 327-402; Laval; Dardot, *Comum*, pp. 17-55.

⁵⁵ Cf. Butler, *Quadros de guerra*, pp. 13-42; Butler, *A força da não violência*, pp. 19-54; Fassin, *Punir*, pp. 15-44.

sofrimento em dispositivos de gestão moral do fracasso. A sociedade que adoece também oferece vocabulários para administrar o adoecido, desde que ele não exija demasiadamente do mundo. A pessoa pode sofrer, desde que narre sua dor de modo aceitável. Pode pedir ajuda, desde que não perturbe a produtividade alheia. Pode ter diagnóstico, desde que isso não questione a organização social que tornou o diagnóstico quase inevitável. Pode ser cuidada, desde que aceite a posição de caso. Quando a vulnerabilidade recusa essa docilidade, reaparece a suspeição. O frágil deixa de ser objeto de compaixão e torna-se ameaça à ordem afetiva dos saudáveis.⁵⁶⁵⁷

A dimensão territorial é igualmente decisiva. A sociedade do desempenho gosta de imaginar sujeitos abstratos, conectados, empreendedores, responsáveis por si. Mas a vulnerabilidade tem endereço. Certos bairros, escolas, corpos, sotaques, roupas, horários, profissões, trajetórias familiares e formas de circular no espaço já chegam lidos por uma semiótica da suspeição. O panóptico, para esses sujeitos, nunca virou apenas interioridade. Continua vindo de fora, em abordagens, câmeras, grades, cancelas, vigilantes, olhares, registros, políticas urbanas, remoções, barreiras invisíveis. A plataforma pode modular reputações; a polícia ainda modula presenças. A psicopolítica pode capturar desejos; a política penal ainda captura corpos. A sociedade do gozo disciplinado é desigual até em suas formas de captura.⁵⁸⁵⁹

Por isso, o inimigo fragilizado não é uma categoria apenas jurídica. É uma figura psicossocial e política. Ele nasce no cruzamento entre medo, repulsa, culpa, higienização urbana, ressentimento de classe, racismo, moralismo penal, linguagem clínica, austeridade e fantasia meritocrática. Ele permite que a sociedade continue acreditando em si mesma. Se o frágil é culpado, a ordem permanece inocente. Se o vulnerável é ameaça, a proteção dos protegidos parece defesa legítima. Se o pobre é risco, a desigualdade vira problema de segurança. Se o adoecido é desregulado, o mundo que adoece fica fora do banco dos réus. Essa é a função ideológica do inimigo fragilizado: absorver a sujeira da ordem para que a ordem possa continuar limpa em sua própria imagem.⁶⁰⁶¹

Nesse sentido, o inimigo fragilizado não é um tópico lateral, mas o ponto de condensação da arquitetura conceitual proposta. O gozo disciplinado descreve a captura dos integráveis; a transparência cega descreve a visibilidade sem reconhecimento; o supereu antropofágico descreve a digestão subjetiva da crítica e da dor; o inimigo fragilizado descreve aquilo que resta quando uma vida não consegue ser convertida em desempenho, reputação ou autocontrole. A seção final retoma essa arquitetura pela via do cuidado de si e pergunta se ele ainda pode

⁵⁶ Cf. Foucault, *História da loucura*, pp. 45-78; Foucault, *O nascimento da clínica*, pp. 1-22; Canguilhem, *O normal e o patológico*, pp. 93-115.

⁵⁷ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Fassin, *A razão humanitária*, pp. 19-54. A convergência entre anestesia social e governo humanitário da vulnerabilidade é uma das zonas de fricção conceitual exploradas neste ensaio.

⁵⁸ Cf. Wacquant, *Punir os pobres*, pp. 27-82; Wacquant, *As prisões da miséria*, pp. 11-51; Garland, *A cultura do controle*, pp. 41-83.

⁵⁹ Cf. Deleuze, *Conversações*, pp. 219-226; Harcourt, *Exposed*, pp. 1-38; Zuboff, *The age of surveillance capitalism*, pp. 63-97.

⁶⁰ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

⁶¹ Cf. Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, pp. 17-49; Dardot; Laval, *A nova razão do mundo*, pp. 327-402; Laval; Dardot, *Comum*, pp. 17-55.

operar como prática crítica ou se foi absorvido como manutenção paliativa da máquina.

7. Cuidado de si ou manutenção paliativa da máquina?

O centenário de Foucault obriga a recolocar o cuidado de si no centro, mas sem ingenuidade. O cuidado de si, nos cursos finais, não pode ser reduzido à autoajuda antiga, nem a uma estética individualista da existência, nem a uma pedagogia de equilíbrio pessoal. Ele envolve práticas de transformação da relação do sujeito com a verdade, com o corpo, com os outros, com a coragem, com a fala franca, com a liberdade. O cuidado de si possui uma dimensão ética porque rompe com a obediência automática às formas de subjetivação disponíveis. Ele não é suplemento terapêutico da ordem; é exercício de dessujeição. Por isso, talvez seja uma das categorias foucaultianas mais ameaçadas pelo presente, precisamente porque foi uma das mais facilmente sequestradas.⁶²

O neoliberalismo sequestra o cuidado de si quando o traduz como autocuidado funcional. A diferença parece pequena e é enorme. O cuidado de si, em sentido crítico, pergunta que tipo de sujeito está sendo produzido, por quais verdades, por quais práticas, por quais dependências, por quais medos, por quais promessas. O autocuidado neoliberal pergunta como o sujeito pode continuar funcionando sem quebrar demais. Um abre uma crise na forma de vida; outro administra sintomas para preservar a forma de vida. Um pode conduzir à recusa, à distância, à coragem da verdade, à reinvenção das relações. O outro frequentemente conduz à manutenção produtiva, ao retorno mais calmo à tarefa, à respiração antes da reunião, à meditação antes da meta, ao sono como estratégia, à pausa como técnica de rendimento, à terapia como reparo individual de uma violência social que permanece fora de questão.⁶³⁶⁴

A sociedade paliativa prefere o segundo caminho. Ela não suporta dor como índice de mundo. A dor precisa ser removida, silenciada, medicada, estetizada, compartilhada em linguagem adequada, enquadrada em protocolo, convertida em conteúdo, encaminhada a especialistas, dissolvida em pequenas técnicas de regulação. Há um humanitarismo real nesse movimento, mas há também uma covardia política. A dor que chega ao espaço público de modo excessivo, desorganizado ou feio ameaça o pacto de positividade. A sociedade do desempenho aceita sofrimento domesticado, sofrimento com legenda, sofrimento que termina em aprendizado, sofrimento que agradece, sofrimento que confirma a necessidade de resiliência. O sofrimento que acusa a estrutura é tratado como ressentimento, vitimismo, radicalidade, desequilíbrio ou ameaça.⁶⁵

Aqui a noção de gozo disciplinado encontra seu limite crítico. O sujeito é convocado a cuidar de si para continuar disponível. Deve conhecer seus gatilhos

⁶² Cf. Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, pp. 4-65; Foucault, *O governo de si e dos outros*, pp. 3-42; Foucault, *A coragem da verdade*, pp. 3-35.

⁶³ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Han, *A expulsão do outro*, pp. 9-36; Han, *A morte dos rituais*, pp. 7-25; Han, *Não coisas*, pp. 7-31.

⁶⁴ Cf. Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, pp. 4-65; Foucault, *O governo de si e dos outros*, pp. 3-42; Foucault, *A coragem da verdade*, pp. 3-35.

⁶⁵ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Fassin, *A razão humanitária*, pp. 19-54. A convergência entre anestesia social e governo humanitário da vulnerabilidade é uma das zonas de fricção conceitual exploradas neste ensaio.

para não atrapalhar o fluxo. Deve nomear seus afetos para comunicá-los de maneira gerenciável. Deve estabelecer limites, desde que os limites não afetem demais a produtividade de terceiros. Deve ser autêntico, desde que sua autenticidade não seja disfuncional. Deve denunciar violências, desde que a denúncia caiba nas formas aceitas de circulação. Deve descansar, desde que o descanso venha acompanhado de culpa administrável ou de discurso preventivo. O cuidado de si é engolido pelo supereu antropofágico e devolvido como técnica de manutenção do sujeito cansado.⁶⁶⁶⁷

A tarefa crítica consiste em recuperar o cuidado de si como interrupção da digestão. Isso exige retirar o sujeito da obrigação de transformar toda experiência em capital. Exige preservar zonas de opacidade contra a tirania da transparência. Exige reconstituir rituais, vínculos e formas de presença que não sejam imediatamente reduzíveis a conteúdo, métrica ou prova de valor. Exige devolver à dor sua dimensão política quando ela é produzida por condições sociais. Exige reconhecer a vulnerabilidade sem convertê-la em risco. Exige recusar a moral que obriga o frágil a pedir desculpas por existir. Se há atualidade radical em Foucault, ela talvez esteja nessa arte de não aceitar como naturais as formas pelas quais somos convidados a nos governar e a governar os outros em nome de nossa própria liberdade.⁶⁸

O cuidado de si, nesses termos, não encerra o percurso como saída reconciliadora. Ele aparece como critério crítico: permite distinguir práticas de subjetivação que ampliam a liberdade de práticas que apenas reparam o sujeito para devolvê-lo ao circuito que o consome. Com isso, a conclusão pode retomar o sentido preciso de escrever depois de Foucault: não para ultrapassá-lo, mas para testar sua caixa de ferramentas em um presente que aprendeu a governar pela liberdade, pela luz e pela fragilização seletiva.

Conclusão

A sociedade disciplinar não ficou para trás; ela foi redistribuída. Foi interiorizada pelos sujeitos integráveis, digitalizada nas relações sociais, suavizada em discursos de liberdade, intensificada como psicopolítica, estetizada como autocuidado, acelerada como transparência e preservada em forma bruta contra os frágeis. O presente não aboliu o panóptico; fragmentou-o em consciência culpada, tela, dado, câmera, linguagem gerencial, política penal, diagnóstico, cadastro e polícia. A novidade não está no desaparecimento da disciplina, mas em sua capacidade de aparecer como coisa diversa de si mesma.⁶⁹⁷⁰

O conceito de sociedade do gozo disciplinado procurou nomear essa mutação. O sujeito contemporâneo é governado pela promessa de liberdade, mas essa liberdade vem acompanhada de uma ordem obscena: goza, rende, aparece, comunica, melhora, cura, vende, supera, agradece. A disciplina, nessa forma, já não

⁶⁶ Cf. Žižek; Milbank, *A monstrosidade de Cristo*, pp. 31-72; Žižek, *O sujeito incômodo*, pp. 9-42.

⁶⁷ Cf. Han, *Sociedade do cansaço*, pp. 15-31; Han, *Psicopolítica*, pp. 7-35.

⁶⁸ Cf. Foucault, *O governo de si e dos outros*, pp. 3-42; Foucault, *A coragem da verdade*, pp. 3-35; Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, pp. 4-65.

⁶⁹ Cf. Foucault, *Vigiar e punir*, pp. 117-230; Foucault, *A sociedade punitiva*, pp. 25-93.

⁷⁰ Cf. Han, *Sociedade da transparência*, pp. 9-28; Han, *No enxame*, pp. 11-35; Han, *Infocracia*, pp. 9-31.

precisa apresentar-se como cadeia. Ela se torna projeto de vida. O supereu antropofágico devora cansaço, dor, crítica, rebeldia, cuidado e vulnerabilidade, devolvendo tudo como performance administrável. Por isso, a crítica não pode contentar-se em denunciar a repressão visível. Precisa interrogar o prazer de servir, a culpa de parar, a satisfação miserável de ser medido, o conforto de chamar exploração de propósito e a vergonha social imposta àqueles que não conseguem sustentar a fantasia de autonomia.⁷¹

A transparência cega, por sua vez, mostrou que a visibilidade contemporânea não garante reconhecimento. Tudo aparece, tudo circula, tudo é narrado, registrado, comentado, arquivado e convertido em informação. Ainda assim, o outro pode desaparecer em plena exposição. Saramago ajuda a compreender essa cegueira moral que sobrevive ao excesso de luz; Orwell ajuda a perceber a vigilância que se infiltra pela linguagem, pela repetição, pelo inimigo fabricado, pela redução do pensável. Han mostra que a transparência produz uma sociedade sem distância, sem ritual, sem negatividade e sem segredo suficiente para que a subjetividade respire. A sociedade da transparência cega vê o frágil e o transforma em problema, vê a dor e a transforma em dado, vê a pobreza e a transforma em risco, vê a loucura e a transforma em caso, vê o fracasso social e o transforma em culpa privada.⁷²⁷³

A figura do inimigo fragilizado é o ponto de condensação do argumento. Ela indica que a sociedade contemporânea não produz inimigos apenas pela força imaginada do adversário, mas pela fraqueza intolerável do excedente. O frágil é punido porque sua existência impede a ordem de se imaginar justa. Ele mostra que o sujeito de desempenho depende de condições nunca igualmente distribuídas. Mostra que liberdade, mérito, saúde, resiliência e autonomia possuem lastros materiais, familiares, territoriais, raciais, simbólicos e institucionais. Como essa verdade é insuportável, a ordem recodifica fragilidade como ameaça. A punição dos frágeis, então, não é acidente moral; é operação de limpeza ideológica. Retira-se do campo da justiça aquilo que se reinscreve no campo do risco.⁷⁴⁷⁵

Depois de Foucault, a crítica talvez não consista apenas em perguntar quem nos vigia, quem nos pune, quem nos normaliza. É preciso perguntar que parte de nós passou a desejar a vigilância, que parte de nossa linguagem aprendeu a chamar cansaço de propósito, que parte de nossa moral confunde vulnerabilidade com ameaça, que parte de nossa pedagogia íntima passou a agradecer pelo dispositivo que nos consome. A arte de não ser governado tanto assim precisa ser deslocada, no presente, para uma arte mais áspera: não ser governado tão diferencialmente, não aceitar que uns sejam convidados ao autogoverno excitado enquanto outros permanecem entregues ao governo frio da suspeição. A contribuição deste artigo está em nomear essa assimetria sem dissolver suas mediações: disciplina, desempenho, transparência, gozo e punição seletiva não formam uma sequência linear, mas uma montagem histórica desigual. A recusa começa quando o sujeito

⁷¹ Cf. Žižek, *Violência*, pp. 9-26; Žižek, *O sublime objeto da ideologia*, pp. 25-53; Žižek, *Eles não sabem o que fazem*, pp. 11-42.

⁷² Cf. Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, pp. 11-65; Orwell, 1984, pp. 11-49.

⁷³ Cf. Han, *Sociedade paliativa*, pp. 9-29; Han, *A expulsão do outro*, pp. 9-36; Han, *A morte dos rituais*, pp. 7-25; Han, *Não coisas*, pp. 7-31.

⁷⁴ Cf. Jakobs; Meliá, *Direito penal do inimigo*, pp. 25-56; Zaffaroni, *O inimigo no direito penal*, pp. 11-42.

⁷⁵ Cf. Butler, *Quadros de guerra*, pp. 13-42; Butler, *A força da não violência*, pp. 19-54; Fassin, *Punir*, pp. 15-44.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BERARDI, Franco "Bifo". *Depois do futuro*. Trad. Regina Silva. São Paulo: Ubu, 2019.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7. ed. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- COHEN, Julie E. *Between truth and power: the legal constructions of informational capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FASSIN, Didier. *A razão humanitária: uma história moral do tempo presente*. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- FASSIN, Didier. *Punir: uma paixão contemporânea*. Trad. Julia da Rosa Simões. Belo Horizonte: Âyné, 2019.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Trad. Rodrigo Gonsalves; Jorge Adeodato; Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. 3. ed. Trad. Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

- JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. 2. ed. Trad. André Luís Callegari; Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Trad. Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Trad. Daniel P. P. da Costa. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Trad. Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2017.
- LYON, David. *Surveillance studies: an overview*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ORWELL, George. *1984*. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation: le disparate comme condition d'individuation par la relation? *Réseaux*, Paris, v. 31, n. 177, pp. 163-196, 2013.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3. ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ŽIŽEK, Slavoj; MILBANK, John. *A monstruosidade de Cristo: paradoxo ou dialética?*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o gozo como fator político*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O sublime objeto da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. Trad. Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.